

## FORMAÇÃO DOCENTE E PRÁTICAS INCLUSIVAS: IMPACTOS E NECESSIDADES DAS ADAPTAÇÕES CURRICULARES PARA A CONSTRUÇÃO DE UM AMBIENTE ESCOLAR ACESSÍVEL

TEACHER TRAINING AND INCLUSIVE PRACTICES: IMPACTS AND NEEDS FOR  
CURRICULAR ADAPTATIONS TO BUILD AN ACCESSIBLE SCHOOL ENVIRONMENT

FORMACIÓN DOCENTE Y PRÁCTICAS INCLUSIVAS: IMPACTOS Y NECESIDADES DE  
ADAPTACIONES CURRICULARES PARA CONSTRUIR UN ENTORNO ESCOLAR  
ACCESIBLE

**Helena Teresinha Reinehr Stoffel<sup>1</sup>**

**Alessandra Boeira Bastos<sup>2</sup>**

**Aline Leonardo da Silva<sup>3</sup>**

**Aloisio Oliveira Ramos<sup>4</sup>**

**Angela Zamparetti Oliveira<sup>5</sup>**

**Bruna Piacentini Stüpp Valgas<sup>6</sup>**

**Ediléia da Costa Nunes<sup>7</sup>**

**Eloisa Longo Durante Botega<sup>8</sup>**

**Gevânia da Silva Correia<sup>9</sup>**

**Juliana Cavalcante de Oliveira<sup>10</sup>**

**Kátia Sacani<sup>11</sup>**

**Milena Almeida Albino<sup>12</sup>**

**Narielly Elis da Silva<sup>13</sup>**

**Simara Castro Cascaes Fernandes<sup>14</sup>**

**Vivian Cristina Borges Hashitani<sup>15</sup>**

<sup>1</sup>Mestrado em Educação com especialização em TICs - Universidad Europea del Atlántico - Espanha (UNEA). <https://orcid.org/0000-0002-2649-0509>.

<sup>2</sup>Mestrando em Educação com especialização em Formação de Professores (UNEATLANTICO). <https://orcid.org/0009-0001-4562-9959>.

<sup>3</sup>Mestranda em Educação com especialização em Gestão de Centro Educacionais (UNEATLANTICO). <https://orcid.org/0009-0008-6579-9067>

<sup>4</sup>Mestrando em Educação com especialização em TICs (UNEATLANTICO). <https://orcid.org/0009-0007-4218-9066>

<sup>5</sup>Mestranda em Educação com especialização em Formação de Professores (UNEATLANTICO). <https://orcid.org/0009-0009-5785-8490>.

<sup>6</sup> Mestranda em Educação com especialização em Formação de Professores (UNEATLANTICO). <https://orcid.org/0009-0000-1531-0958>.

<sup>7</sup> Mestranda em Educação com Especialização em Formação de Professores (UNEATLANTICO). <https://orcid.org/0009-0005-8764-9682>.

<sup>8</sup>Mestranda em Educação com Especialização em Tics (UNEATLANTICO). <https://orcid.org/0009-0003-2679-8727>.

<sup>9</sup>Mestranda e educação com especialização em Formação de Professores (UNEATLANTICO). <https://orcid.org/0009-0001-9447-6450>.

<sup>10</sup> Mestranda em Educação com especialização em TICs (UNEATLANTICO). <https://orcid.org/0009-0000-9895-0757>.

<sup>11</sup>Mestranda em Educação com especialização em Formação de Professores (UNEATLANTICO). <https://orcid.org/0009-0008-2333-7059>.

<sup>12</sup>Mestranda em Educação com especialização em formação de professores (UNEATLANTICO). <https://orcid.org/0009-0006-0721-3721>.

<sup>13</sup> Mestranda em Educação com Especialização em TICs (UNEATLANTICO). <https://orcid.org/0009-0009-6159-7852>.

<sup>14</sup> Mestranda em Educação com especialização em Formação de Professores (UNEATLANTICO). <https://orcid.org/0009-0008-4564-1967>.

<sup>15</sup>Mestranda em Educação com especialização em formação de professores (UNEATLANTICO). <https://orcid.org/0009-0005-8492-7472>.

**RESUMO:** Este trabalho abordou a importância da formação docente para a efetivação da educação inclusiva, enfatizando o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias para adaptações curriculares. O estudo investigou como a formação inicial e continuada dos docentes influencia suas práticas inclusivas, especialmente no que se refere à adaptação de conteúdos, metodologias e recursos pedagógicos para atender à diversidade em sala de aula. Trata-se de uma pesquisa mista envolvendo a qualitativa, a quantitativa e uma revisão bibliográfica, utilizando literatura especializada e documentos governamentais sobre a educação inclusiva e a formação docente no Brasil. A análise revelou que muitos professores ainda enfrentam dificuldades para implementar práticas inclusivas devido ao despreparo em sua formação e à falta de apoio institucional. Foram identificadas barreiras como escassez de recursos, ausência de suporte psicológico e resistência em relação às adaptações curriculares. No entanto, a pesquisa também destacou que a formação continuada e o uso de tecnologias assistivas representam importantes estratégias para aprimorar a inclusão escolar. Concluiu-se que, para uma educação inclusiva efetiva, é necessário investir em políticas públicas que promovam a capacitação dos docentes, a infraestrutura acessível nas escolas e o apoio multidisciplinar, de modo a construir um ambiente educacional equitativo e respeitoso às diferenças. Esse investimento na formação docente é essencial para a promoção de uma educação que valorize a diversidade e assegure a participação plena de todos os alunos.

**Palavras-chave:** Educação inclusiva. Formação de docente. Adaptação curricular.

**ABSTRACT:** This work addressed the importance of teacher training for the implementation of inclusive education, emphasizing the development of skills and competencies necessary for curricular adaptations. The study investigated how teachers' initial and continuing training influences their inclusive practices, especially with regard to adapting content, methodologies and pedagogical resources to meet diversity in the classroom. This is a mixed research involving qualitative, quantitative and a bibliographical review, using specialized literature and government documents on inclusive education and teacher training in Brazil. The analysis revealed that many teachers still face difficulties in implementing inclusive practices due to unpreparedness in their training and lack of institutional support. Barriers were identified such as scarcity of resources, lack of psychological support and resistance to curricular adaptations. However, the research also highlighted that continued training and the use of assistive technologies represent important strategies for improving school inclusion. It was concluded that, for effective inclusive education, it is necessary to invest in public policies that promote teacher training, accessible infrastructure in schools and multidisciplinary support, in order to build an equitable educational environment that is respectful of differences. This investment in teacher training is essential for promoting an education that values diversity and ensures the full participation of all students.

**Keywords:** Inclusive education. Teacher training. Curriculum adaptation.

## I. INTRODUÇÃO

A educação inclusiva se consolidou como uma demanda social e legal que visa garantir o acesso à educação de qualidade para todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais ou emocionais. O conceito de inclusão escolar vai além da

simples presença física de alunos com deficiência nas salas de aula; ele envolve a criação de um ambiente que respeite, valorize e acolha as diferenças. Segundo a UNESCO (2020), a inclusão é mais do que colocar alunos com deficiência nas salas de aula; é uma maneira de transformar sistemas educacionais em ambientes acessíveis para todos os alunos. Nesse contexto, o papel do professor é essencial, pois é ele o responsável por implementar práticas pedagógicas e adaptações curriculares que promovam uma aprendizagem significativa para todos.

No entanto, a implementação da educação inclusiva no Brasil ainda enfrenta diversos desafios, muitos dos quais estão relacionados à formação docente. De acordo com estudos, a maioria dos cursos de licenciatura no país não oferece uma formação sólida e abrangente em educação inclusiva, o que resulta em um despreparo generalizado para lidar com a diversidade em sala de aula. Além disso, a formação continuada voltada para a inclusão é escassa, dificultando o desenvolvimento de habilidades necessárias para a adaptação curricular. Dessa forma, os professores acabam por sentir-se inseguros e sobrecarregados ao lidar com as demandas inclusivas, o que impacta diretamente na qualidade da educação oferecida aos alunos com deficiência.

Diante desse cenário, o problema de pesquisa que guia este estudo é: De que forma a formação inicial e continuada dos professores influencia a implementação de práticas inclusivas e adaptações curriculares no contexto da educação inclusiva? A pesquisa busca investigar em que medida o preparo dos docentes afeta sua capacidade de promover a inclusão efetiva e de que forma as deficiências na formação podem limitar as práticas inclusivas nas escolas.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar a importância da formação de professores no contexto da educação inclusiva, com foco no desenvolvimento de habilidades e competências para a adaptação curricular. Pretende-se compreender como a formação inicial e continuada influencia a qualidade das práticas inclusivas e identificar os principais desafios enfrentados pelos professores para se adaptarem às exigências da educação inclusiva. Além disso, o estudo busca apontar direções para melhorar a formação docente, de modo a capacitá-los para o atendimento das necessidades dos alunos com deficiência e para a construção de um ambiente educacional acessível e equitativo.

A escolha deste tema se justifica pela necessidade crescente de uma educação inclusiva que realmente atenda a diversidade dos alunos no ambiente escolar. A educação inclusiva é um

direito assegurado por leis nacionais, como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), além de ser respaldada por tratados internacionais, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. No entanto, a concretização desse direito ainda enfrenta barreiras significativas, principalmente pela falta de capacitação e suporte oferecidos aos professores, que desempenham um papel central nesse processo.

O papel do professor é essencial para a inclusão escolar, pois ele é o responsável por adaptar o currículo, implementar estratégias pedagógicas e utilizar recursos que possibilitem o aprendizado de todos os alunos. Contudo, para que isso seja viável, é necessário que ele esteja bem preparado e tenha acesso a uma formação continuada de qualidade. Segundo Mantoan (2015), a formação de professores voltada para a inclusão é essencial para assegurar que educadores tenham as ferramentas necessárias para atender a diversidade. Portanto, investigar a formação docente para a educação inclusiva é de extrema relevância para entender as limitações e possibilidades dessa prática e, assim, contribuir para o desenvolvimento de políticas e práticas educacionais mais inclusivas.

Além disso, estudos indicam que a falta de formação adequada e de apoio aos professores gera insegurança, resistência e até mesmo atitudes excludentes no ambiente escolar. Compreender essas dinâmicas é crucial para promover uma educação inclusiva efetiva e para que todos os alunos, com ou sem deficiência, possam se beneficiar de um ambiente escolar que valorize e respeite suas particularidades.

Este estudo será conduzido por meio de uma pesquisa bibliográfica, que consiste na análise de literatura científica e documentos relevantes sobre o tema da educação inclusiva e a formação docente. A pesquisa bibliográfica permite explorar teorias, dados empíricos e análises que já foram realizadas sobre a temática, oferecendo uma visão ampla e fundamentada do assunto. Segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é uma modalidade de investigação que busca reunir conhecimento pré-existente, facilitando a análise e a compreensão de uma determinada questão. Esse método é adequado para identificar as principais lacunas, desafios e potencialidades da formação docente para a inclusão, uma vez que possibilita a integração de diferentes perspectivas e estudos.

A coleta de dados será feita a partir de artigos acadêmicos, teses, dissertações, documentos governamentais e diretrizes educacionais, buscando sempre fontes recentes e

confiáveis que abordem a formação de professores para a educação inclusiva, as práticas de adaptação curricular e as políticas educacionais. O enfoque será em estudos que tratem especificamente da formação inicial e continuada de professores, assim como da aplicação de estratégias inclusivas no ambiente escolar.

A análise dos dados será realizada de forma qualitativa, permitindo uma interpretação detalhada das informações e a identificação de padrões, divergências e propostas para a melhoria da formação docente. Esse tipo de análise é relevante para contextualizar o tema no cenário educacional brasileiro e para entender as variáveis que interferem na implementação da educação inclusiva. Com essa abordagem, a pesquisa pretende contribuir para o debate sobre a importância da formação docente e fornecer subsídios para a elaboração de políticas públicas e práticas educacionais que favoreçam a inclusão efetiva no ambiente escolar.

## 2. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O PAPEL DOS PROFESSORES

A educação inclusiva visa garantir a igualdade de oportunidades para todos os alunos, independente de suas condições, promovendo uma integração genuína no ambiente escolar. Segundo a UNESCO (2020), a inclusão é mais do que colocar alunos com deficiência nas salas de aula. É, na verdade, uma maneira de transformar sistemas educacionais em ambientes acessíveis para todos os alunos.

2842

Historicamente, o conceito de educação inclusiva passou por mudanças significativas, evoluindo da segregação para a integração e, finalmente, para a inclusão, que se caracteriza por uma abordagem centrada nas adaptações do sistema de ensino. A Declaração de Salamanca (1994) reforçou a ideia de que cada criança tem características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem únicos, e os sistemas educacionais devem ser desenhados para atender a essa ampla diversidade.

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 foi um marco, pois estabeleceu que a educação deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para alunos com necessidades especiais (Brasil, 1996). Essa diretriz reforçou o compromisso com a educação inclusiva e impulsionou políticas de adaptação nas escolas regulares.

Além da LDB, a implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) consolidou os esforços para garantir a acessibilidade e equidade nas escolas. Segundo o Ministério da Educação (MEC), a escola deve assegurar aos

alunos com deficiência o acesso ao conhecimento e à participação plena nas atividades escolares (MEC, 2008).

A prática de adaptação curricular e uso de tecnologias assistivas nas escolas é fortemente incentivada por diretrizes nacionais, pois facilita o acesso dos alunos com deficiência ao currículo. Como afirmam Rosa e Bueno (2020), a adaptação curricular visa proporcionar condições para que os alunos com deficiência possam participar ativamente das atividades escolares, respeitando suas limitações e potencialidades.

O papel do professor na educação inclusiva é essencial para a construção de um ambiente que respeite e valorize a diversidade. Conforme abordado por Mantoan (2015), os professores devem estar preparados para atender as necessidades de todos os alunos, usando estratégias pedagógicas que favoreçam a aprendizagem de cada um.

A formação contínua é uma das principais ferramentas para que os professores possam lidar com a diversidade em sala de aula. Segundo Mittler (2003), a capacitação dos professores é um fator-chave para o sucesso da inclusão, pois permite que eles desenvolvam práticas pedagógicas adaptadas às necessidades dos alunos com deficiência. Dessa forma, os docentes precisam estar preparados para desenvolver atividades diversificadas, adaptando o currículo e utilizando recursos tecnológicos e materiais didáticos acessíveis para atender às necessidades individuais.

2843

Em relação ao uso de práticas inclusivas, Cury (2021) reforça: o acolhimento e a empatia são aspectos centrais na educação inclusiva, pois ajudam a construir um ambiente de respeito e cooperação onde todos os alunos se sintam pertencentes. Portanto, o professor atua como mediador, incentivando a interação entre os alunos, promovendo a autoestima e facilitando o aprendizado de todos.

Além disso, o uso de tecnologias assistivas é uma estratégia recomendada pela ONU (2016), que afirma que “as tecnologias assistivas permitem que alunos com deficiência acessem o conteúdo escolar de forma autônoma e participativa, promovendo uma maior inclusão no ambiente educacional.”

Essas ações contribuem para que o professor não apenas ensine conteúdos, mas promova valores de inclusão e respeito, impactando diretamente na experiência escolar e na formação cidadã dos alunos. Como enfatiza Freire (1996), não há saber mais ou saber menos; há saberes diferentes. Essa perspectiva evidencia que, na educação inclusiva, todos aprendem e

compartilham conhecimentos, promovendo um ambiente em que a diversidade é reconhecida como um valor educacional essencial.

### 3. A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES PARA A INCLUSÃO

A formação de professores para o contexto da educação inclusiva é fundamental, uma vez que o ambiente escolar necessita de profissionais capazes de lidar com a diversidade dos alunos e suas diferentes necessidades. Segundo Mantoan (2015), a formação de professores voltada para a inclusão é essencial para assegurar que educadores tenham as ferramentas necessárias para atender a diversidade. Esse preparo é essencial tanto na formação inicial quanto na continuada, garantindo que o professor esteja apto a adaptar metodologias e práticas pedagógicas para atender de forma inclusiva todos os estudantes.

No contexto da formação inicial, é essencial que os cursos de licenciatura incluam disciplinas voltadas para a educação inclusiva, para que o futuro professor adquira, desde cedo, uma compreensão profunda sobre o papel da inclusão no processo educacional. Conforme destaca Garcia (2021), a formação inicial deve ir além da teoria, proporcionando vivências que sensibilizem os futuros professores para as práticas inclusivas. Muitos cursos ainda apresentam uma abordagem superficial sobre o tema, o que prejudica a preparação dos docentes para lidar com a diversidade na prática.

Segundo Bueno (2020), a falta de preparo inicial afeta a qualidade da inclusão e resulta em práticas que, muitas vezes, reforçam a exclusão dos alunos com deficiência, ao invés de integrá-los de forma significativa. Ou seja, sem uma base sólida, o professor enfrenta dificuldades na hora de adaptar o currículo e empregar estratégias inclusivas. Além disso, a ausência de disciplinas específicas reduz a possibilidade de conscientização sobre a importância da inclusão, o que reforça estigmas e cria barreiras no ambiente escolar.

A formação continuada é uma ferramenta valiosa que possibilita o aperfeiçoamento das habilidades docentes para a educação inclusiva. De acordo com Lopes (2017), a formação continuada oferece aos professores a oportunidade de aprender e aprimorar estratégias que facilitam a inclusão e garantem uma aprendizagem mais acessível para todos os alunos. Essa formação, entretanto, enfrenta obstáculos, como a falta de apoio institucional, recursos financeiros limitados e escassez de tempo para participação dos professores.



A formação continuada deve ser vista como um processo constante, que permite ao professor se atualizar em metodologias inclusivas e no uso de tecnologias assistivas. Para que a inclusão seja efetiva, é necessário que os professores passem por formações frequentes, que ofereçam não só uma visão teórica, mas também práticas reais de adaptação curricular e estratégias pedagógicas (Freitas, 2019). Além disso, essa formação ajuda os professores a se sentirem mais confiantes e capacitados para realizar adaptações curriculares, tornando o aprendizado mais acessível para alunos com deficiências.

No Brasil, programas específicos como o Programa de Apoio à Educação Inclusiva têm desempenhado um papel crucial na formação de professores. Este programa, que promove práticas inclusivas, adaptações curriculares e o uso de tecnologia assistiva, tem oferecido resultados positivos. Segundo Souza e Mendes (2020), os programas de formação inclusiva capacitam os professores com uma visão prática, ajudando-os a implementar estratégias que tornam a sala de aula um espaço acessível para todos.

Programas como esse também incentivam a troca de experiências entre educadores, promovendo um ambiente colaborativo que permite que os professores compartilhem suas próprias práticas e dificuldades. As trocas de experiências e vivências são essenciais na formação continuada, pois mostram aos professores que a inclusão não é uma prática isolada, mas um esforço conjunto (Carvalho, 2018).

Além desses programas, outras iniciativas, como oficinas, cursos e módulos de formação, são importantes para que os professores tenham acesso a técnicas inclusivas eficazes. A continuidade dessas ações é essencial para consolidar a educação inclusiva nas escolas e garantir que os docentes estejam cada vez mais preparados para adaptar o ensino às necessidades de todos os alunos.

#### **4. COMPETÊNCIAS NECESSÁRIAS PARA A ADAPTAÇÃO CURRICULAR NO CONTEXTO INCLUSIVO**

Para implementar uma educação inclusiva, os professores precisam desenvolver competências específicas que os capacitem a adaptar o currículo às diversas necessidades dos alunos. Essa adaptação é um processo que respeita a individualidade de cada aluno, permitindo que ele aprenda de forma significativa. Conforme observa Vigotsky (1984), adaptar o currículo escolar é um ato de respeito à diversidade e permite que todos os alunos possam aprender de



forma significativa. Isso implica no desenvolvimento de habilidades e competências que possibilitam o ensino diferenciado.

Uma das primeiras competências necessárias para a adaptação curricular é o conhecimento sobre as diferentes deficiências e as necessidades associadas a cada uma. Compreender as especificidades de cada deficiência ajuda o professor a escolher as melhores estratégias pedagógicas, promovendo um ensino mais justo e inclusivo (Almeida, 2019). Essa competência permite que o professor reconheça as barreiras enfrentadas pelos alunos com deficiência e busque formas de superá-las.

Além disso, é importante que o docente desenvolva habilidades de comunicação e empatia, uma vez que lidar com alunos com deficiências exige uma abordagem sensível e individualizada. A empatia é uma competência essencial para o professor inclusivo, pois possibilita que ele se coloque no lugar do aluno e compreenda as suas dificuldades de uma maneira mais humana e menos técnica (Goulart, 2020). Esse entendimento facilita o planejamento de aulas que respeitem as limitações dos alunos, incentivando a participação de todos.

A adaptação curricular pode ser realizada de diversas maneiras, dependendo do perfil do aluno. As tecnologias assistivas, como leitores de tela, ampliadores de caracteres e softwares de comunicação aumentativa, são ferramentas que possibilitam que alunos com deficiência tenham acesso ao conteúdo escolar. Como destaca Oliveira (2019), o uso de tecnologias assistivas representa um grande avanço para a educação inclusiva, pois amplia as possibilidades de aprendizagem para alunos com deficiência.

Além das tecnologias assistivas, outros métodos, como a simplificação de conteúdos, a diversificação de atividades e o uso de recursos visuais, são estratégias eficazes para a inclusão. A diversificação das estratégias pedagógicas é uma forma de tornar o ensino mais acessível e envolvente para todos os alunos, respeitando suas particularidades e ritmos de aprendizagem (Cury, 2021). Essas estratégias possibilitam que os alunos participem de maneira ativa e significativa, o que impacta positivamente em seu desenvolvimento cognitivo e social.

Existem diversas formas de adaptar o currículo para que ele atenda às necessidades dos alunos com deficiência. Um exemplo é a simplificação de conteúdos, que consiste em adaptar o material para um nível de compreensão mais acessível. Segundo Rodrigues (2020), a

simplificação dos conteúdos permite que o aluno com deficiência consiga acompanhar o ritmo da turma, sem perder o essencial da matéria.

Outro exemplo de adaptação é a flexibilização dos objetivos pedagógicos, que permite que o aluno com deficiência tenha seus próprios critérios de avaliação, de acordo com suas possibilidades. A flexibilização dos objetivos pedagógicos é fundamental para a inclusão, pois respeita o ritmo de cada aluno, garantindo que ele tenha sucesso em sua aprendizagem (Souza, 2018).

Além disso, o uso de diferentes formas de avaliação, que não dependam exclusivamente da leitura e escrita, pode ser uma forma eficaz de adaptação. Ferramentas como avaliações orais, provas com auxílio visual e atividades práticas são alternativas que atendem às necessidades de muitos alunos com deficiência. Como afirma Lopes (2021), adaptar os métodos de avaliação é essencial para que o aluno com deficiência possa demonstrar seu aprendizado de maneira adequada e justa.

O processo de construção de uma educação inclusiva enfrenta desafios que vão desde a formação insuficiente dos professores até a falta de recursos e apoio institucional. Esses obstáculos muitas vezes impedem que a inclusão seja implementada de forma eficaz nas escolas. Paulo Freire (1996) já afirmava que a inclusão é um direito que deve ser assegurado e compreendido em toda sua profundidade, o que exige mudanças culturais e estruturais no sistema educacional. Essa transformação cultural e estrutural envolve a capacitação dos professores e a reestruturação das condições de trabalho e apoio, aspectos que precisam de atenção urgente.

Um dos principais desafios enfrentados pelos professores é a implementação das adaptações curriculares necessárias para incluir alunos com diferentes tipos de deficiência. Segundo Santos (2021), as adaptações exigem tempo, dedicação e conhecimento específico, aspectos que nem sempre são considerados na rotina sobrecarregada dos professores. Muitos docentes enfrentam dificuldades em adaptar conteúdos, materiais e métodos de avaliação, especialmente quando não recebem formação ou suporte adequado.

Além disso, há uma resistência em relação à educação inclusiva, muitas vezes gerada pela insegurança e pelo despreparo dos professores para lidar com a diversidade em sala de aula. A resistência à inclusão muitas vezes está associada ao medo do desconhecido e à falta de confiança nas próprias habilidades para lidar com alunos com deficiência (Silva, 2019). Essa

resistência pode ser agravada pela falta de orientação e suporte, levando os professores a se sentirem desmotivados ou até mesmo incapazes de implementar práticas inclusivas.

Outro obstáculo significativo é a falta de recursos financeiros e de infraestrutura adequada para a realização de adaptações. Muitas escolas carecem de recursos materiais, como tecnologias assistivas e materiais didáticos adaptados, o que limita as possibilidades de inclusão. Segundo Oliveira (2020), a ausência de recursos básicos e de tecnologias assistivas impede que os professores desenvolvam práticas pedagógicas acessíveis, o que prejudica diretamente os alunos com deficiência.

Além disso, o apoio institucional ainda é limitado em muitas redes de ensino. A falta de uma equipe de suporte composta por psicólogos, fonoaudiólogos, assistentes sociais e outros profissionais dificulta o atendimento das necessidades dos alunos e sobrecarrega os professores. Como aponta Mendes (2022), a ausência de um suporte multidisciplinar torna a inclusão mais difícil, pois os professores acabam assumindo responsabilidades que vão além do pedagógico.

A infraestrutura das escolas também é um ponto crítico para a implementação da educação inclusiva. Em muitas instituições, faltam rampas de acesso, elevadores, banheiros adaptados e outras adequações físicas. A infraestrutura inadequada impede a plena participação de alunos com deficiência e inviabiliza a inclusão em muitos casos (Cunha, 2021). Esses problemas estruturais evidenciam a necessidade de um investimento contínuo em adaptações físicas e tecnológicas nas escolas, permitindo que todos os alunos possam usufruir do espaço escolar com autonomia e segurança.

Lidar com as demandas da educação inclusiva pode ser desafiador para muitos professores, gerando desgaste emocional e psicológico. De acordo com Carvalho (2018), os professores que atuam em contextos de inclusão enfrentam desafios diários que impactam sua saúde mental e aumentam os níveis de estresse e ansiedade. Muitos professores relatam sentir-se sobrecarregados e desamparados diante das demandas da inclusão, o que reflete a necessidade de suporte psicológico no ambiente escolar.

A criação de uma rede de apoio para os professores, que inclua psicólogos e outros profissionais especializados, é essencial para garantir que os docentes possam atuar de forma eficaz e saudável. O apoio psicológico ajuda os professores a lidarem com o estresse e a desenvolverem estratégias para enfrentar as dificuldades do cotidiano, promovendo seu bem-estar e melhorando a qualidade de suas práticas inclusivas (Freitas, 2020). Essa rede de suporte

permite que os professores se sintam acompanhados e capacitados para enfrentar os desafios, o que beneficia tanto os profissionais quanto os alunos.

Diante dos desafios mencionados, as perspectivas futuras para a formação de professores incluem o uso de tecnologias assistivas e parcerias interdisciplinares com outros profissionais da saúde e da educação. O avanço tecnológico tem proporcionado diversas ferramentas que facilitam a inclusão de alunos com deficiência, como softwares de comunicação aumentativa, leitores de tela e dispositivos de amplificação sonora. Segundo Santos e Pereira (2022), o uso de tecnologias assistivas expande as possibilidades de inclusão, oferecendo aos professores recursos que facilitam a adaptação do currículo e a participação ativa dos alunos com deficiência.

Além do uso de tecnologia, as parcerias interdisciplinares com outros profissionais podem melhorar significativamente a implementação da educação inclusiva. O trabalho colaborativo entre professores, psicólogos, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais e outros especialistas permite que as necessidades dos alunos sejam atendidas de forma mais abrangente. As parcerias interdisciplinares são essenciais para a inclusão, pois garantem que os alunos recebam um atendimento completo e adequado às suas necessidades (Nascimento, 2021).

Essa abordagem colaborativa também contribui para a formação continuada dos professores, que podem aprender diretamente com outros profissionais sobre as melhores práticas para a inclusão. Conforme observa Almeida (2019), a colaboração entre diferentes áreas do conhecimento enriquece a formação do professor e fortalece as práticas inclusivas, possibilitando um atendimento mais completo e eficaz para os alunos.

A inclusão educacional ainda enfrenta grandes desafios, mas os avanços na formação docente e o desenvolvimento de tecnologias e práticas colaborativas abrem novas possibilidades. Freire (1996) nos lembra que a educação é uma prática de liberdade, onde todos devem ter a oportunidade de participar e aprender em igualdade de condições. As perspectivas futuras, embora desafiadoras, indicam um caminho de transformação cultural e estrutural na educação, onde a inclusão possa se tornar realidade em todas as escolas.

Para que essa transformação ocorra, é essencial que políticas públicas invistam na formação de professores e em recursos para as escolas, além de incentivar práticas colaborativas entre diferentes áreas do conhecimento. Somente assim será possível construir um sistema

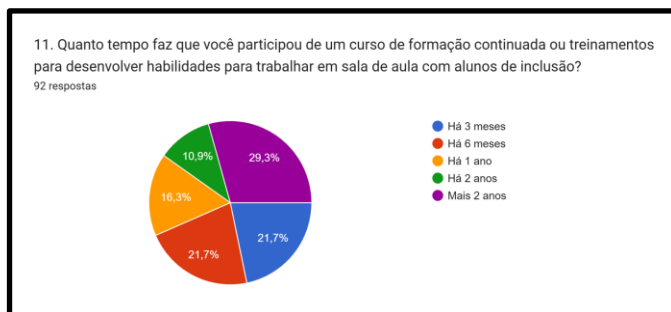
educacional verdadeiramente inclusivo, que respeite a diversidade e assegure o direito de todos à educação de qualidade.

## 5. RESULTADO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A pesquisa em questão que aborda a importância da formação docente na efetivação da educação inclusiva, além de ser uma revisão bibliográfica, trata-se também de uma pesquisa quantitativa e qualitativa que contou com a participação de 92 professores de diversas cidades brasileiras. A coleta de dados foi realizada mediante a aplicação de um questionário misto, contemplando questões abertas e fechadas.

A análise dos dados coletados evidenciou que apenas 55,5% dos participantes tiveram acesso aos conteúdos sobre educação inclusiva durante a formação inicial, tanto que, 91,3% apontaram que a formação inicial não foi suficiente para desenvolver habilidades para trabalhar com a inclusão de alunos no ensino regular. Alguns buscam formação continuada com frequência, outros o fazem num intervalo de tempo maior (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Participação em cursos de formação continuada na área da inclusão

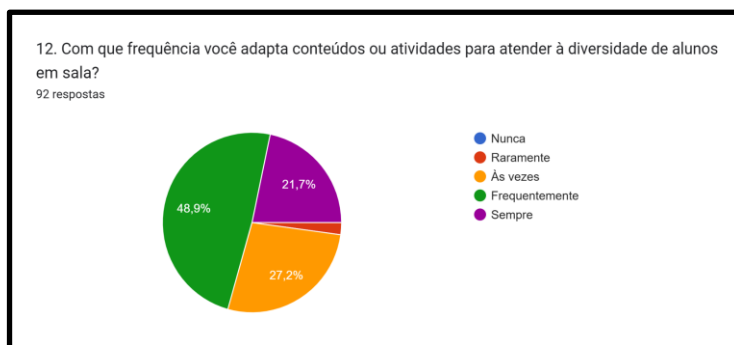


Fonte: Autores da pesquisa

A pesquisa evidenciou que 62% dos participantes possuem especialização, desses, 59,8% fizeram duas ou mais especializações, 17,4% possuem mestrado e alguns fizeram doutorado, o que indica que os professores estão buscando qualificação. No entanto, apenas 18,5% fizeram especialização voltada para a Educação Especial, mas possuem um bom conhecimento sobre a legislação que assegura o direito do estudante à inclusão. Mais de 50% dos participantes conhecem as legislações apontadas: Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); Constituição Federal de 1988; Lei Brasileira de Inclusão (LBI); Plano Nacional de Educação (PNE) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Ter conhecimento desses direitos é

fundamental para adotar metodologias com abordagens de práticas inclusivas. Apesar de apontar um bom conhecimento sobre a legislação, a frequência em que os professores realizam as adaptações curriculares ainda está bastante aquém do desejado e necessário (Gráfico 2), porque apenas 21,7 responderam que sempre adaptam os conteúdos para atender à diversidade de alunos em sala de aula.

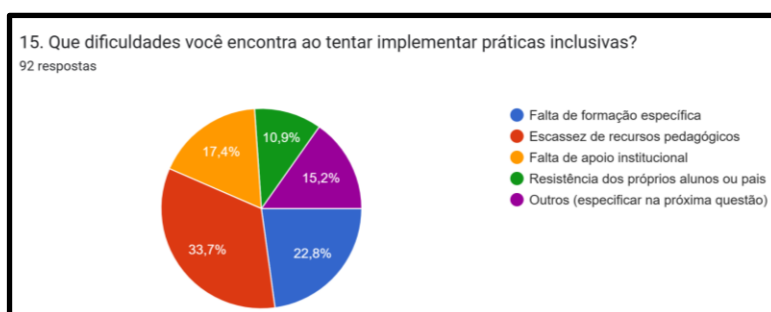
**Gráfico 2 - Frequência em que são realizadas as adaptações**



Fonte: Os autores da pesquisa

Essa porcentagem é considerada baixa, considerando a diversidade de estudantes que se tem hoje nas escolas. O estudo bibliográfico evidenciou dificuldades e limitações para implementar práticas inclusivas devido ao despreparo na formação e à falta de apoio institucional. Isso foi confirmado com a pesquisa, visto que 64,1% consideram ter dificuldades em realizar as adaptações curriculares, 57,6% apontaram que a formação inicial e continuada dos docentes influencia totalmente suas práticas inclusivas e 37% responderam que influencia em parte. Ao serem questionados sobre as dificuldades encontradas para implementar práticas inclusivas, 33,7% apontaram a escassez de recursos pedagógicos como a principal. E 22,8% destacaram que era em função da falta de formação específica (Gráfico 3).

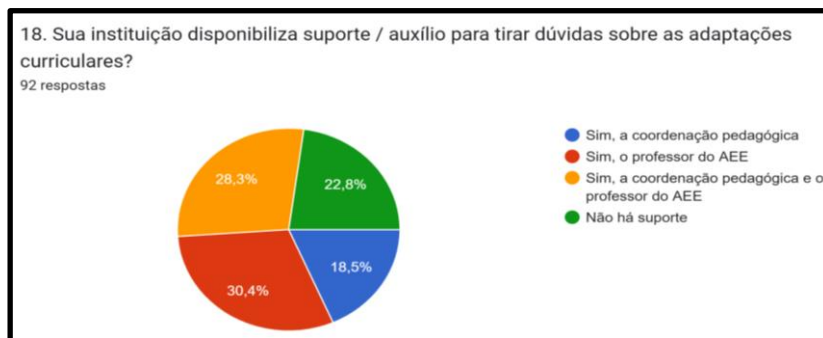
**Gráfico 3 - dificuldades para implementar práticas inclusivas**



Fonte: Os autores da pesquisa

Sobre as dificuldades encontradas para implementar práticas inclusivas, os pesquisados apontaram também que outra limitação se refere aos alunos que chegam ao Ensino Médio e não estão alfabetizados e não possuem um agente educacional para auxiliar o estudante em sala de aula, o que confirma o que apontamos na revisão bibliográfica, pois, o apoio de profissionais específicos ainda é insuficiente. A falta de apoio das instituições foi apontada no estudo bibliográfico realizado e evidenciou-se com a pesquisa de campo, uma vez que, apenas 30,4% apontaram que a instituição disponibiliza um professor especialista em educação especial para dar o suporte aos alunos e aos professores, o que se considera fundamental para implementar a educação inclusiva (Gráfico 4).

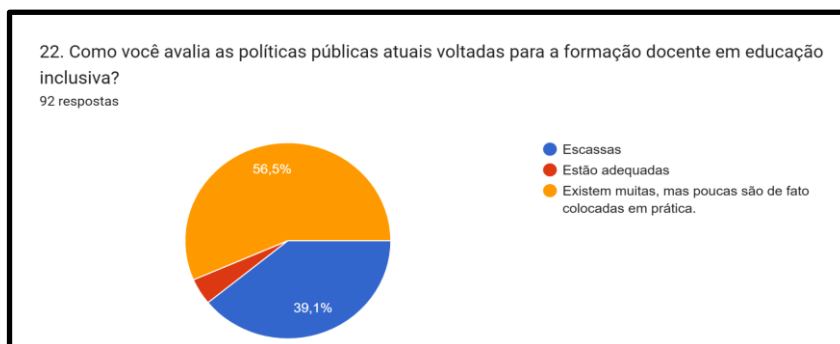
**Gráfico 4 - suporte disponibilizado pela instituição**



Fonte: Os autores da pesquisa

Legislação que ampare o suporte ao estudante com deficiência já temos várias, o que falta são políticas públicas de educação que de fato atendam essas limitações dos alunos de inclusão, conforme apontado na revisão bibliográfica realizada, fato que se confirmou na opinião dos pesquisados. Dos 92 participantes, 56,5% responderam que existem muitas políticas públicas, mas poucas são de fato colocadas em prática (Gráfico 5).

**Gráfico 5 - avaliação das políticas públicas na visão dos professores**

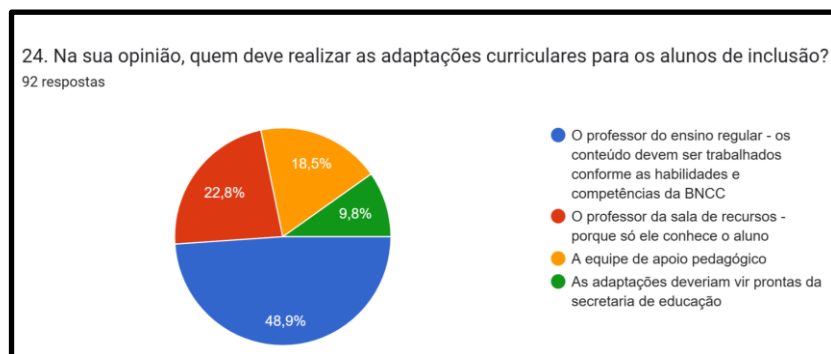


Fonte: Os autores da pesquisa



Percebe-se que os professores reconhecem a falta políticas públicas eficazes que sejam de fato implementadas, ao mesmo tempo eles têm ciência das limitações que possuem para implementar práticas educativas inclusivas. Importante ressaltar que 88% dos participantes consideram que as adaptações curriculares são fundamentais para que o estudante de inclusão possa progredir em sua construção da aprendizagem. Por um lado, os docentes reconhecem a necessidade mas não se sentem habilitados para colocar as adaptações em prática, por outro lado, pela análise dos dados da questão em que perguntamos sobre a responsabilidade em realizar o planejamento das atividades adaptadas (Gráfico 6), percebe-se que apenas 48,9% reconhecem que isso é função do professor do ensino regular, visto que, o conhecedor dos conteúdos trabalhados em cada série é o professor, não a equipe pedagógica, professor do AEE. Os conteúdos também não podem ser adaptados pela secretaria de educação porque cada aluno de inclusão é único e tem suas especificidades. É preciso conhecer o aluno, suas potencialidades e limitações, a partir desse conhecimento inicia-se às adaptações.

**Gráfico 5 - Responsável pelas adaptações curriculares para os alunos de inclusão**



Fonte: Os autores da pesquisa

Em relação ao tipo de adaptações curriculares, no que diz respeito ao conteúdo, metodologia e avaliação 68 participantes apontaram que fazem adaptações simplificando os conteúdos, 61 utilizam a ludicidade, 33 flexibilizam a forma de abordagem das atividades, 31 reduzem a quantidade de conteúdos e 7 não fazem adaptação e pedem para o estudante realizar apenas o que sabe (isso preocupa, porque muitos alunos de inclusão não conseguem fazer nada se as atividades não forem adaptadas).

De acordo com os pesquisados, práticas mais lúdicas e abordagens individualizadas foram apontadas como estratégias que mais têm surtido efeito positivo, assim como práticas de socialização e aproximação da família com a escola. A formação de professores, o uso das

tecnologias assistivas, a empatia, a interação, a realização de atividades em grupo, a flexibilização das atividades e o planejamento em conjunto com o professor da sala de recursos também foram apontadas como estratégias mais eficazes. Além disso, o acolhimento dos alunos e o estabelecimento de vínculo foi apontado como essencial, porque assim se inicia o processo de ensino e intervenção. É preciso conhecer o aluno, conquistar a confiança dele, para, a partir disso, realizar as abordagens metodológicas que contemplem as necessidades e limitações de cada aluno, para que ele possa construir uma aprendizagem mais eficaz.

## CONCLUSÃO

A educação inclusiva é um direito garantido que representa não apenas a presença física de todos os alunos na escola, mas também sua plena participação e desenvolvimento no ambiente escolar. Este direito, como afirma Freire (1996), exige uma transformação cultural e estrutural que permita aos alunos com deficiência aprenderem em igualdade de condições e em um ambiente que valorize suas individualidades. No entanto, a construção de uma educação inclusiva no Brasil e no mundo ainda enfrenta desafios significativos que vão desde a formação dos professores até a falta de recursos e infraestrutura, refletindo a complexidade e amplitude desse processo.

2854

O primeiro passo essencial para a construção de uma educação inclusiva é a formação inicial e continuada dos professores, pois são eles que realizam as adaptações curriculares, lidam diretamente com as necessidades dos alunos e promovem práticas pedagógicas inclusivas. Como vimos ao longo deste estudo, uma formação acadêmica que incluía conteúdos sobre educação inclusiva e adaptação curricular ainda é insuficiente em muitas licenciaturas, o que gera insegurança e despreparo nos profissionais. Além disso, a formação continuada enfrenta dificuldades como a falta de incentivo e a escassez de programas especializados, deixando muitos professores sem as habilidades necessárias para atender de forma inclusiva os alunos com deficiência. Dessa forma, é fundamental que a formação de professores seja repensada e que as universidades e políticas públicas priorizem a inclusão em seus currículos e estratégias de formação.

Outro ponto crítico é a falta de recursos e apoio institucional nas escolas, fato comprovado pela revisão bibliográfica e pela pesquisa com 92 docentes de cidades diversas do Brasil. A ausência de tecnologias assistivas, de materiais pedagógicos adaptados, de

profissionais com especialização em educação inclusiva em todas as escolas, e de infraestrutura acessível limita a atuação dos professores e reduz as oportunidades de participação dos alunos com deficiência. O investimento em recursos é essencial para que as adaptações curriculares sejam aplicadas de maneira eficiente e para que todos os alunos possam aprender em um ambiente preparado para suas necessidades. Nesse contexto, o papel das políticas públicas é essencial, pois cabe ao governo e às secretarias de educação prover condições materiais e de apoio que possibilitem a inclusão. Sem esses investimentos, a inclusão permanece apenas no plano das intenções, distante da realidade escolar.

Além dos aspectos estruturais e materiais, o apoio psicológico e a rede de suporte são elementos fundamentais para o sucesso da educação inclusiva. Os professores, que assumem um papel desafiador e de grande responsabilidade, frequentemente se deparam com situações complexas que impactam sua saúde mental. A implementação de uma rede de suporte psicológico e multidisciplinar que atenda aos professores e aos alunos é uma estratégia crucial para que a inclusão não seja um fator de desgaste, mas sim uma prática educativa sustentável e enriquecedora. Quando professores têm acesso a uma rede de suporte, eles se sentem mais seguros, valorizados e capacitados, o que se reflete diretamente na qualidade da inclusão.

Por fim, as perspectivas futuras para a educação inclusiva indicam caminhos promissores com o avanço das tecnologias assistivas e o fortalecimento das parcerias interdisciplinares. O uso de tecnologias assistivas expande o potencial de adaptação curricular e de aprendizado, permitindo que os alunos com deficiência participem de atividades de forma mais autônoma. As parcerias com profissionais da saúde, psicólogos e outros especialistas agregam valor ao trabalho pedagógico e garantem uma abordagem mais completa e personalizada para as necessidades dos alunos. Esse avanço tecnológico e colaborativo é um indicativo de que a inclusão educacional pode se tornar mais eficiente e integrada.

Dessa forma, construir uma educação verdadeiramente inclusiva exige uma ação conjunta entre formação docente, políticas públicas, infraestrutura e suporte psicossocial. É um processo que demanda investimentos e comprometimento de todos os setores da sociedade, visando a construção de um ambiente escolar acessível, respeitoso e preparado para acolher as diferenças. Ao superarmos os desafios e implementarmos essas perspectivas futuras, caminhamos para uma educação inclusiva que respeita a diversidade e promove o desenvolvimento integral de cada aluno. Essa educação inclusiva que buscamos não é apenas

um objetivo a ser alcançado, mas um compromisso contínuo com a equidade e a justiça social no ambiente escolar.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. **Educação inclusiva: o papel das parcerias interdisciplinares na formação continuada dos professores.** Revista Brasileira de Educação, v. 24, n. 1, p. 123-136, 2019.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996.

BUENO, J. **Formação de professores e práticas inclusivas: desafios e possibilidades na educação brasileira.** Educação e Pesquisa, v. 46, p. 1-15, 2020.

CARVALHO, L. **A formação inicial de professores e o desenvolvimento de práticas inclusivas.** Revista de Educação, v. 15, n. 2, p. 45-59, 2019.

CARVALHO, L. **A importância do apoio psicológico para professores atuantes na educação inclusiva.** Psicologia Escolar e Educacional, v. 22, n. 3, p. 85-98, 2018.

CUNHA, A. **Infraestrutura escolar e os desafios da inclusão educacional no Brasil.** Cadernos de Educação, v. 34, n. 1, p. 78-90, 2021.

CURY, F. **Estratégias pedagógicas para a educação inclusiva: um estudo sobre a diversidade em sala de aula.** Revista de Práticas Educativas, v. 28, n. 4, p. 101-115, 2021.

2856

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, G. **Apoio psicológico para professores e o impacto na prática inclusiva.** Educação e Psicologia, v. 16, p. 123-135, 2020.

GARCIA, R. **A importância da formação inicial para práticas inclusivas na educação básica.** Educação e Sociedade, v. 30, n. 2, p. 39-52, 2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOULART, M. **O valor da empatia na prática docente inclusiva.** Psicologia Escolar, v. 14, n. 3, p. 54-67, 2020.

LOPES, M. **Desafios da formação continuada de professores para a inclusão escolar.** Revista Brasileira de Educação Especial, v. 23, n. 1, p. 33-47, 2017.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2015.

MENDES, C. **O suporte multidisciplinar para a educação inclusiva no Brasil.** Educação e Realidade, v. 37, n. 1, p. 45-59, 2022.

- MITTLER, P. **Educação inclusiva: contextos e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- NASCIMENTO, D. **As parcerias interdisciplinares e a educação inclusiva**. Revista de Educação Especial, v. 27, p. 99-110, 2021.
- OLIVEIRA, J. **A falta de recursos e tecnologias assistivas na inclusão escolar**. Revista Brasileira de Educação, v. 19, n. 3, p. 201-215, 2020.
- OLIVEIRA, S. **Tecnologias assistivas como facilitadoras da inclusão escolar**. Educação e Sociedade, v. 34, n. 2, p. 78-92, 2019.
- RODRIGUES, T. **A simplificação de conteúdos e a adaptação curricular na educação inclusiva**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 25, n. 2, p. 145-159, 2020.
- SANTOS, E.; PEREIRA, L. **A importância da tecnologia assistiva na educação inclusiva**. Educação em Revista, v. 38, p. 112-125, 2022.
- SANTOS, M. **A implementação de adaptações curriculares e os desafios da inclusão**. Cadernos de Educação, v. 28, n. 1, p. 67-82, 2021.
- SILVA, R. **Resistência dos professores frente à educação inclusiva**. Revista Psicopedagogia, v. 17, n. 4, p. 101-114, 2019.
- SOUZA, A. **O impacto da flexibilização dos objetivos pedagógicos na inclusão escolar**. Educação e Pesquisa, v. 22, n. 3, p. 159-172, 2018.
- SOUZA, C.; MENDES, J. **Programa de apoio à educação inclusiva: uma análise de resultados**. Revista Brasileira de Educação, v. 35, n. 5, p. 145-162, 2020.
- UNESCO. **Education for all: inclusive education and equity**. Paris: UNESCO, 2020.
- VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.